



MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES

CNPJ 17.193.590/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ATIVO	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Disponibilidades	4	98.155	89.425	102.388	92.523
Contas a receber de clientes	6	63.262	44.334	66.873	48.248
Adiantamentos a fornecedores	6	410	438	938	447
Impostos a recuperar	7	307	2.039	317	2.155
Outros ativos circulantes		829	351	1.251	705
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		163.463	136.587	171.751	144.078
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos a fornecedores	6	-	6	-	21
Depósitos judiciais e garantias	15	1.886	1.893	1.906	1.913
Impostos Diferidos	14	9.987	4.746	9.996	4.747
Investimentos	8	52.464	45.104	17.650	19.097
Imobilizado	9	1.789	3.233	37.601	34.852
Intangível	10	327	177	327	177
Direito de uso de Bens imóveis	10	2.842	3.193	2.842	3.193
Outros ativos não circulantes		793	3	802	91
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		70.088	58.355	71.124	64.091
TOTAL DO ATIVO		233.551	194.942	242.875	208.169

No último dia 09 de abril, a MBR completou 90 anos de engenharia e atividades ininterruptas. Esses anos são o início de um novo ciclo, tão importante quanto às outras décadas já passadas, e de forma simples, a MBR continuará focada em alcançar o almejado #MBR100anos.

Segundo suas diretrizes empresariais, principalmente seus princípios e valores (respeito, foco nos relacionamentos, simplicidade, melhoria contínua, sustentabilidade e comprometimento), a MBR mantém seu otimismo e vem concentrando seus esforços na preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, nas práticas ambientais, sociais e de governança, no aprimoramento da engenharia, gestão dos custos, na inovação de seus processos contratuais e gestão eficiente e sustentável junto aos clientes.

A Empresa permanece preparada para executar contratos expressivos como tem performedo ao longo de sua história. O excelente quadro técnico e o nível adequado de reservas financeiras foram mantidos, e, como consequência, a permanência de sua capacidade técnica e operacional para o atendimento aos novos desafios.

AGRADECIMENTOS

A Diretoria e o Conselho de Administração, nesse ato tão especial, agradecem a todos vocês colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e à sociedade que nos cerca, que contribuíram e aqueles que continuaram contribuindo para o contínuo desenvolvimento da empresa.

BeLO Horizonte, 19 de abril de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	17	375.297	247.935	402.564	276.940
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(251.629)	(155.748)	(269.066)	(173.193)
LUCRO BRUTO		123.668	92.187	133.558	103.747
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	19	(52.723)	(37.507)	(55.614)	(40.383)
Tributárias		(116)	-	(675)	(300)
Equivalência patrimonial	8	8.832	6.551	-	-
Amortização da Mais Valia	8	(1.447)	(1.260)	(1.447)	(1.260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	14.891	919	20.668	2.217
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		93.105	60.890	96.490	64.021
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	21	11.441	6.066	11.870	7.292
Recostas financeiras	21	(641)	(1.963)	(1.245)	(1.945)
LUCRO OPERACIONAL		103.905	66.733	107.115	69.368
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		103.905	66.733	107.115	69.368
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(38.145)	(23.403)	(39.828)	(24.414)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	5.240	2.419	3.713	795
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		71.000	45.749	71.000	45.749
Lucro por ação - R\$		1,66	1,07	1,66	1,07
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores				71.000	45.749

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÔES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022	Reservas de lucros	Reserva de lucros legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	40.243	(507)	2.636	2.594	39.525	84.491	84.494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.749	3	45.749
Reserva legal	-	-	-	2.287	(2.287)	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	-	43.462	-	43.462
Ações em tesouraria (aquisição)	-	(555)	-	-	(555)	-	(555)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(9.000)	-	(9.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	40.243	(1.062)	2.636	4.881	73.987	71.000	120.688
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.000	3	71.000
Reserva legal	-	-	-	3.550	(3.550)	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	475	-	67.450	-	475
Aquisição Ações em tesouraria (venda)	-	1.062	-	-	1.062	-	1.062
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(66.800)	-	(66.800)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(3)	(3)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	40.243	-	3.111	8.431	74.637	-	126.422

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO FIMDO EM DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES, sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo projetar e executar obras de engenharia civil, de urbanismo, de terraplanagem, pavimentação, hidráulica e elétrica, fabricar e vender concreto somente em obras e locais de terceiros, explorar o ramo de incorporação imobiliária, adquirir, alienar, locar e vender máquinas e equipamentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Também foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T/Gs) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em consonância com os procedimentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - Nota 3.c
- Vida útil dos ativos - Nota 3.g
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.i
- Provisões e contingências - Nota 3.m
- Ajuste a valor presente - Nota 3.n
- Reconhecimento de receita - Nota 3.o

Críticos Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as alterações mencionadas na Nota 3.r - Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa e retificação de erro.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

a) Base de Consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, que incluem as demonstrações contábeis das empresas mencionadas na Nota Explicativa n.º 8, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação disposições legais aplicáveis. Assim sendo, os principais procedimentos de consolidação são: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa consolidada. As políticas contábeis de controladoras e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a cheques, bancos, contas correntes e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com prazo de liquidação imediata e são utilizados pela Sociedade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. Em função disso são considerados de caixa, conforme estabelecido na NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

c) Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a prestar e valores efetivamente faturados. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Sociedade não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização desses créditos. A Sociedade realiza análise de todas as operações de crédito vendidas, as quais são classificadas por nível de risco levando em consideração o histórico de perda, a análise individual de cada cliente, a situação do grupo econômico que o cliente representa, as garantias reais e avaliação de consultores jurídicos, sendo a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa constituída quando o risco de não recebimento é classificado como possível ou provável.

d) Demais ativos circulantes - São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, bem como a constituição de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente).

e) Depósitos judiciais - Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Sociedade, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Esses depósitos são mensurados pelo custo amortizado.

f) Investimentos - Participação Societária: Os investimentos da Sociedade em controlada, coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação de investimento do grupo e ajustes de período, gerados após a aquisição de ativos circulantes. Participação societária é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas, de acordo com a NBC TG 18 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto). As demonstrações financeiras das coligadas, controladas ou controladas em conjunto são elaboradas para fins de divulgação para a Sociedade. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis adotadas pelas coligadas, controladas ou controladas em conjunto estejam de acordo com as adotadas pela Sociedade. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Sociedade em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de investimentos, conforme descrito na Nota 3.i - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Na situação das coligadas, controladas ou controladas em conjunto apresentar patrimônio líquido negativo, a Sociedade reconhece a perda estimada com o investimento até o limite do valor contábil líquido reconhecido. A Administração julga que a divulgação das informações sobre os investimentos em partes societárias está de acordo com as disposições da NBC TG 45 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação de Participação em outras Entidades). Propriedade para investimentos: Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, além para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, ou venda no curso ordinário ou anormal. As propriedades para investimento são mantidas para obtenção de renda ou para valorização do capital ou ambas, e por isso classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, as quais são avaliadas pelo Método do Custo, conforme NBC TG 28 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimentos).

g) Imobilizado - Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decoretes de operações que transmitem a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas mencionadas na nota 9 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Sociedade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado, conforme descrito na Nota 3.i - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

h) Intangível - Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Sociedade que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Sociedade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível, conforme descrito na Nota 3.i - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - A Sociedade avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado, intangível e investimentos. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Arrendamentos mercantis operacionais - A IFRS 16 - NBC TG 06 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos), introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Os arrendatários devem mensurar e registrar o contrato de arrendamento em seu balanço, sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de Direito de Uso em montante equivalente. As isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante a normal, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em ativos ou operacionais.

k) Benefícios a empregados - Os benefícios concedidos a empregados incluem além da remuneração fixa, férias, 13.º salário, remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada (contribuição definida administrada por seguradora). Um plano de contribuição definida é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a sociedade paga contribuições para fins contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais contábeis, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

l) Provisões - A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais

é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. As provisões são atualizadas periodicamente.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "provisória". Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente).

o) Reconhecimento de receita - A entidade reconhece a receita, à medida que satisfaz a obrigação ou serviço contratado e no momento em que há transferência de controle desse serviço. A empresa transfere o controle do serviço ao longo do tempo à medida que o serviço executado possa ser mensurado pelo desempenho desse trabalho. Para cada obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo, a entidade reconhece a receita, mensurando o progresso em relação à satisfação completa dessa obrigação. O método utilizado reconhece a receita com base em mensurações diretas do valor ao cliente, dos serviços transferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. O método inclui estudos de desempenho concluídos e medições de trabalhos realizados e aprovados pelos clientes, avaliações de resultados atingidos, marcos alcançados que substanciam o estágio de conclusão do serviço, no final de cada exercício. As medições a futuro são contabilizadas de acordo com o princípio da competência.

p) Apuração do resultado - As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência) de que trata a NBC TG 47 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes).

q) Resultado financeiro: Receitas financeiras Decorrem das aplicações financeiras mantidas pela Sociedade reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Despesas financeiras Abrangem despesas com juros sobre financiamentos, despesas com juros e encargos financeiros de transações bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r) Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Quando necessário, são efetuados ajustes a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Sociedade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Bancos e Equivalentes	19	35	20	43
Aplicações financeiras	98.136	89.390	102.368	92.480
Total	98.155	89.425	102.388	92.523

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Clientes	34.022	28.099	37.622	32.018
Clientes a faturar	30.713	17.708	30.713	17.708
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.473)	(1.473)	(1.478)	(1.478)
Total	63.262	44.334	66.873	48.248

A composição do saldo de clientes faturados, por vencimento, encontra-se detalhado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	27.549	26.626	30.704	30.483
Vencidos até 30 dias	5.000	-	5.206	57
Vencidos a mais de 90 dias	1.473	1.473	1.712	1.478
Total	34.022	28.099	37.622	32.018



MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES

CNPJ 17.193.590/0001-19

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, decorrente das diferenças temporárias entre o lucro tributável e o lucro contábil:

	2023		2022		2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:								
Provisão para perda de liquidação duvidosa	3.465	3.465	3.470	3.470	3.466	3.466	3.471	3.471
Provisão (reversão) para contingências	2.728	2.728	2.749	2.749	2.302	2.302	2.321	2.321
Provisão para desmobilização	10.652	10.652	10.652	10.652	8.028	8.028	8.028	8.028
Provisão Subempreiteiros	10.635	10.635	10.635	10.635	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	201	201	201	201	221	221	221	221
Outras exclusões temporárias	1.689	1.689	1.689	1.689	(57)	(57)	(79)	(79)
Alíquotas	29.371	29.371	29.397	29.397	13.960	13.960	13.962	13.962
Imposto/contribuição social diferidos - ativo	7.343	2.643	7.349	2.646	3.490	1.256	3.490	1.257
Saldo de imposto/contribuição diferidos anterior	3.490	1.256	3.490	1.257	1.711	616	1.743	627
Imposto/contribuição social do ano corrente (b)	3.853	1.387	3.859	1.389	1.779	640	1.747	630

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, decorrente das diferenças temporárias entre o lucro tributável e o lucro contábil:

	2023		2022		2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:								
Reciclagem de despesas	53.886	53.886	53.886	53.886	53.886	53.886	53.886	53.886
Resultado empresas públicas	17.309	17.309	17.309	17.309	17.309	17.309	17.309	17.309
% de Resultado em relação à receita	32,12%	32,12%	32,12%	32,12%	32,12%	32,12%	32,12%	32,12%
Reciclagem não recebida até período	1.478	1.478	1.478	1.478	1.478	1.478	1.478	1.478
Resultado a ser diferido obras públicas	475	475	475	475	475	475	475	475
Depreciação	475	475	18.964	18.964	475	475	14.448	14.448
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto/contribuição social diferidos - passivo	119	43	4.860	1.749	119	43	3.731	1.343
Saldo de imposto/contribuição diferidos anterior	119	43	3.731	1.343	119	43	2.568	924
Imposto/contribuição social corrente (c)	-	-	(1.129)	(406)	-	-	(1.163)	(419)
Total de Imposto/contribuição diferido (b+c)	3.853	1.387	2.730	983	1.779	640	584	211

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em processos nas esferas administrativa e judicial que tratam sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, internos e externos, para todos aqueles processos, nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto por:

Provisões	2023			2022		
	Adição	Baixa	Saldo	Adição	Baixa	Saldo
Cível (a)	98	-	98	98	-	98
Trabalhista (b)	558	374	186	932	577	355
Tributário (c)	1.645	53	1.592	1.645	53	1.592
Total	2.301	427	1.874	2.320	629	1.691

Depósitos Judiciais	2023			2022		
	Adição	Baixa	Saldo	Adição	Baixa	Saldo
Trabalhista (b)	241	64	177	261	64	197
Tributário (c)	1.652	-	1.652	1.652	-	1.652
Total	1.893	64	1.829	1.913	64	1.849

(a) Cível
Trata-se de passivo decorrente de ações indenizatórias de origens diversas ajuizadas contra a Sociedade. Tendo em vista o atual estágio dos processos e avaliação dos assessores jurídicos, a Sociedade efetuou as provisões necessárias.

(b) Trabalhista
Trata-se de passivo decorrente de reclamações trabalhistas. A provisão é constituída a partir da liquidação dos pedidos reclamados ou da sentença, quando for o caso. Tudo isso, levando-se em conta a análise individual dos processos e a opinião dos assessores jurídicos. Nos casos em que existem decisões desfavoráveis para Sociedade, restou necessário efetuar depósitos judiciais para possibilitar a interposição de recursos.

(c) Tributário
Trata-se de passivo decorrente de execuções fiscais ajuizadas, em sua grande maioria, por municípios, objetivando cobrar Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, supostamente devidos pela Sociedade. Em vários destes processos a Sociedade discute a dedução da base de cálculo para fins de aplicação do referido tributo, tendo efetuado depósito judicial dos valores em discussão. Tendo em vista a situação atual do processo e análise dos assessores jurídicos, a Sociedade efetuou as provisões necessárias.

A Sociedade é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis. Esses processos somam o montante de R\$ 2.848 (trabalhista), R\$ 4.734 (Cível). Os passivos divulgados em 2023 sofreram atualizações e correções utilizando-se os índices judiciais aplicáveis.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 2022 o capital social é de R\$ 40.242.727,27 representado por 42.670.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

17. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	2023		2022	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Receita bruta dos serviços	400.687	267.570	431.687	300.486
Impostos incidentes sobre serviços e outras deduções	(25.390)	(19.635)	(29.123)	(23.546)
Receita líquida dos serviços	375.297	247.935	402.564	276.940

18. CUSTOS POR NATUREZA

A composição dos custos por natureza está representada conforme se segue:

	2023		2022	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Gastos com pessoal	(92.026)	(56.767)	(99.258)	(64.169)
Materiais	(85.133)	(57.333)	(91.342)	(64.108)
Equipamentos	(36.293)	(21.983)	(36.308)	(22.004)
Contratação de Serviços	(32.001)	(15.786)	(31.737)	(16.338)
Depreciação	(2.352)	(547)	(6.172)	(2.950)
Amortização Direito de uso	(619)	(546)	(619)	(546)
Outros	(3.205)	(2.786)	(3.570)	(3.078)
Total	(251.629)	(155.748)	(269.006)	(173.193)

19. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo das despesas gerais e administrativas é composto por:

	2023		2022	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Salários, encargos e participações	(32.472)	(22.835)	(34.795)	(25.252)
Serviços Prestados	(1.742)	(1.914)	(1.832)	(1.957)
Outras despesas Gerais e administrativas	(18.509)	(12.758)	(18.987)	(13.174)
Total	(52.723)	(37.507)	(55.614)	(40.383)

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo de outras receitas e despesas operacionais é composto por:

	2023		2022	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Receitas				
Venda de Imobilizado	73	102	6.403	1.768
Reversão de provisão	15.378	1.332	15.378	1.445
Outras Receitas operacionais	405	382	405	398
	15.856	1.816	22.186	3.611
Despesas				
Provisão para contingências	(427)	(433)	(429)	(441)
Custo Imobilizado vendido	(409)	(367)	(506)	(396)
Outras Despesas operacionais	(129)	(97)	(583)	(557)
	(965)	(897)	(1.518)	(1.394)
Total	14.891	919	20.668	2.217

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro é composto por:

	2023		2022	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.717	7.183	12.122	7.550
Outras receitas financeiras	281	59	313	85
Juros	-	-	13	12
PIS COFINS s/ receitas financeiras	(557)	(336)	(578)	(355)
	11.441	6.906	11.870	7.292
Despesas Financeiras				
Juros	(543)	(856)	(1.088)	(1.683)
Despesas bancárias	(22)	(20)	(34)	(30)
Outras despesas financeiras	(76)	(187)	(123)	(232)
	(641)	(1.063)	(1.245)	(1.945)

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

- (a) Taxas de juros: A Sociedade, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.
- (b) Concentração de riscos de crédito: A Sociedade monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
- (c) Encargos financeiros e variação cambial: A Sociedade monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (d) Risco regulatório: A Sociedade desconSIDERA quaisquer eventos de iniciativa do governo que possam afetar a continuidade operacional.
- (e) Risco Operacional: A Sociedade contratualmente é responsável na forma de garantir pelas obras executadas, devendo ressarcir o contratante em caso de eventualidades.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado em valores considerados suficientes pela Administração para suportar eventuais perdas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Luiz Fernando Pires – Presidente	
Karim João Rente Daruich Tannus – Vice-Presidente	
Annibal Ferraz Graça Sobrinho – Conselheiro	
DIRETORIA	
Annibal Ferraz Graça Sobrinho – Diretor Presidente	
Marcelo Barbosa Abreu – Diretor Executivo	
RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL	
Helena Grassiella da Silva Bernardini – Gerente de Controladoria	
CRC-MG 91.674-0-5	
AUDITORIA	
Audsérvice Auditores Associados	
CRC-01-MG-4553/O - CVM-2682	
Fernanda Filizzola Mattos de Santos	
Sócia Responsável - Contadora – CRC MG – 113.796/O-0	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Ilmos. Senhores Diretores e Administradores da MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A Construções "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A Construções em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Nossa auditoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 - O

Alexandre Oliveira Chagas Responsável Técnico - CRC-MG-075751-O

Fernanda Filizzola Mattos de Santos Responsável Técnico - CRC-MG-113796/O-0

Fique bem informado todo dia

Siga nosso canal no Whatsapp através do link <https://bit.ly/Comunidade-dc> ou pelo qr code




Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 27/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: <https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/27-04-2024-p3>

